

LEI Nº.2.785 DE 10/11/93.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
A CONTRATAR PARCELAMENTO
DE DÍVIDA PARA COM O FUNDO
DE GARANTIA DO TEMPO DE
SERVIÇO – FGTS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Iturama decreta e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Município de Iturama, contratar, através da Caixa Econômica federal, na forma do Decreto nº. 894, de 16 de agosto de 1.993, (D.O.Ude 17/08/93), parcelamento de dívida para com o FGTS, equivalente a CR\$ 152.333.880,63 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta cruzeiros reais e sessenta e três centavos), atualizada até a data de 06/10/93.

Art.2º - Para amortização do principal e acessório, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar 3% (três por cento), do correspondente Fundo de Participação dos Municípios – FPM, até a liquidação total dos débitos existentes.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iturama-MG, 10 de novembro de 1993
Prefeito Municipal.